

Angola precisa do dobro de advogados



COM pouco mais de 1.500 advogados, o mercado legal angolano tem bastante margem para crescer. Uma 'janela' de oportunidades que já

começou a ser aproveitada pelas sociedades portuguesas. Energia, banca e construção são as principais apostas. ■ PÁGS. 12 E 13



Negócios Luso-Angolanos

Angola precisa do dobro dos advogados

Com pouco mais de 1.500 advogados, o mercado legal angolano tem bastante margem para crescer. Energia, banca e construção são as grandes apostas das sociedades lusas

SARA RIBEIRO
sara.ribeiro@sol.pt

A RECONSTRUÇÃO de Angola 'abriu a porta' a centenas de multinacionais dos quatro cantos do mundo. Mas a entrada de investimento estrangeiro despoletou outro problema: a actualização e eficiência do sistema legislativo local.

Angola conta com pouco mais de 1.500 advogados e cerca de 500 sociedades - para uma população que ronda os 14 milhões de habitantes. Números que comparados com Portugal, por exemplo, espelham a carência de profissionais do sector e evidenciam que o mercado legal angolano tem ainda uma grande margem de crescimento.

Em Abril de 2009 existiam 26.375 advogados inscritos na Ordem portuguesa para 948 sociedades de advogados registadas em terras lusitanas.

As sociedades angolanas de advogados acreditam que o país precisa de pelo menos mais 1.500 advogados, «que dominem línguas estrangeiras para negociar contratos - principalmente de petróleo e gás -, proteger o interesse nacional em geral e dos clientes em particular», argumenta Lurdes Cardoso, directora da firma de advogados LCF (Lei Com Força).

Esta opinião será partilhada pelo resto da classe, tendo em conta que, nos últimos anos, foram dados vários passos para tentar resolver a situação. A ida de jovens advogados para o Brasil e Portugal para obterem uma melhor formação é uma das medidas adoptadas.

Rumo a Angola

Esta 'lacuna' de profissionais levou as sociedades de advogados portuguesas a implementar uma nova 'lei': apostar em Angola.

A Miranda Correia Amendoeira & Associados foi uma das pioneiras a investir neste mercado. A sociedade entrou em Angola, há 25 anos, através da parceria com a angolana Fátima Freitas Advogados. Actualmen-

NÚMEROS

Angola tem cerca de 1.500 advogados para 500 sociedades

Portugal tem mais de 26 mil profissionais para 948 sociedades de advogados

Profissionais angolanos defendem que são precisos pelo menos mais 1.500 advogados que dominem línguas estrangeiras, sobretudo inglês e francês

Volume de negócios Angola dá já um significativo contributo para as receitas das sociedades portuguesas de advogados, que têm vindo a ganhar com a lacuna de profissionais naquele mercado

te conta com cerca de 35 advogados em três escritórios: Luanda, Cabinda e Lobito.

«O crescimento tem sido contínuo e sustentado. Agora, queremos consolidar a presença, mas à medida que o país se vai desenvolvendo e as províncias vão ganhando importância crescente admitimos a abertura de escritórios noutras cidades como Huambo e Lubango», adiantou ao SOL Rui Amendoeira, sócio executivo da Miranda.

A PLMJ tem prestado apoio aos seus clientes - sobretudo portugueses - no mercado angolano desde 2003, através de parceiras celebradas com vários escritórios locais. «Os fluxos de investimento estrangeiro em Angola têm tido uma dinâmica interessante. E nos últimos anos o fluxo inverso - a forte aposta de investidores angolanos em Portugal - trouxe novos desafios», diz Sónia Teixeira Mota, sócia coordenadora da África Desk da PLMJ.

Presente em Angola desde Novembro do ano passado, através da parceira com a Legal Council Firm, a Sociedade Rebelo de Sousa (SRS) conta com uma equipa de 20 profissionais nos escritórios de Luanda e no Soyo.

Já a Vieira de Almeida & Associados não tem presença directa em Angola, à semelhança de outras sociedades portuguesas. «Trabalhamos numa base transaccional e não no acompanhamento corrente de clientes no local», explica João Vieira de Almeida, *managing partner*. Mas o advogado adianta que, no futuro próximo, «queremos reforçar a capacidade de intervenção no mercado angolano, com foco na criação de um centro de competências de nível internacional e com uma base institucional».

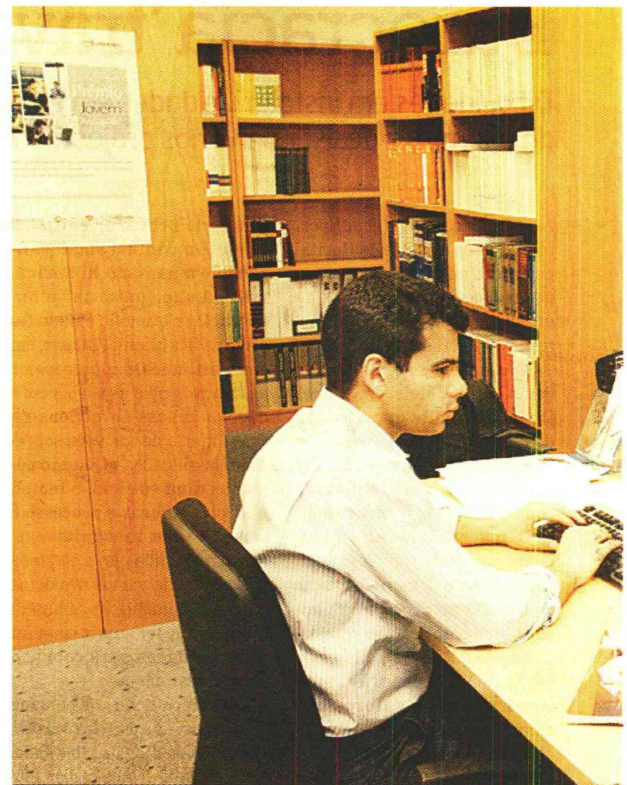
Petróleo e mais petróleo

A actividade jurídica ligada ao sector energético é o denominador comum às maiores sociedades de advogados a operar em Angola, locais ou estrangeiras.

Entre as entidades representadas pela Abreu Advogados - que está presente em Angola desde 2003 -, encontram-se o projecto Angola LNG, um consórcio da Chevron, BP, Total e Sonangol. «Todos os anos temos registado um expressivo crescimento no volume de negócios, Neste momento o mercado angolano representa cerca de 5% do volume de negócios da sociedade», sublinha Miguel de Avillez Pereira, sócio da Abreu Advogados.

Mas, graças ao forte desenvolvimento do país africano nos últimos anos, começa a haver vida além do petróleo. Construção, banca e telecomunicações começam a ser os grandes clientes dos advogados. A opinião é consensual: há um mercado muito grande para a advocacia, que vai reflectir um crescimento a dois dígitos da economia.

O SOL está a publicar uma série de trabalhos sobre Negócios Luso-Angolanos na segunda e última semana de cada mês. A próxima análise, sobre Publicidade é publicada dia 10 de Setembro.

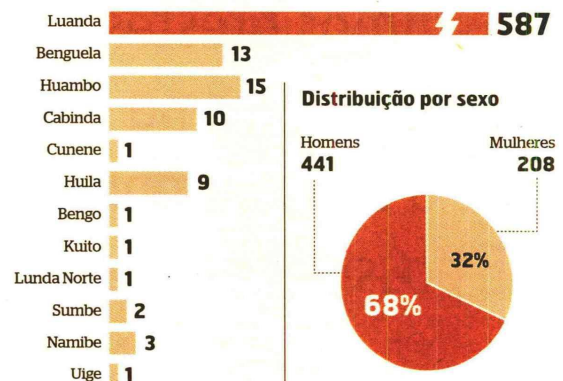


Falta de advogados no mercado angolano

Universo dos advogados em Angola

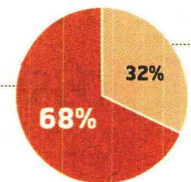
DADOS DE ABRIL DE 2010

Distribuição por cidade

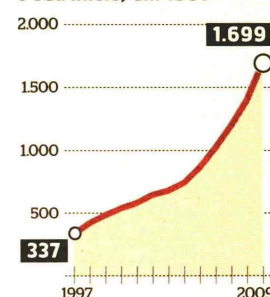


Distribuição por sexo

Homens 441
Mulheres 208

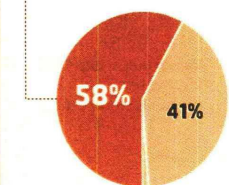


Advogados e estagiários inscritos na Ordem desde o seu início, em 1997



Distribuição por tipo

Estagiários 903
Advogados 630

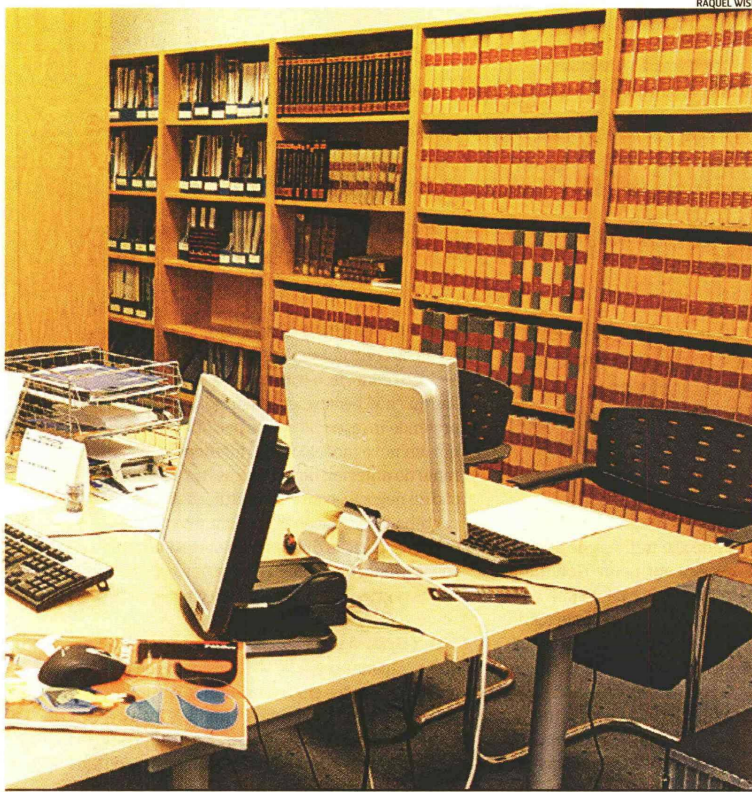


Advogados populares 19

PONTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DE ANGOLA



SECTORES: **Advocacia**



RAQUEL WISE

criou oportunidades de negócio para sociedades portuguesas

Os actuais desafios do novo sistema legislativo angolano

A nova Constituição angolana aprovada no início do ano pelo actual presidente José Eduardo dos Santos foi 'bem vista' pela classe de advogados em geral. «O exercício da advocacia é sempre muito exigente, independentemente do país ou local onde se esteja instalado. Dada a existência recente de abundante legislação em Angola e, ao mesmo tempo, de escassa doutrina e jurisprudência, os advogados têm pela frente um desafio constante quanto à correcta interpretação da lei», explica **Nuno Miguel Prata, sócio da Sociedade Rebelo de Sousa (SRS).** Além disso, «tem havido uma série de reformas legislativas e um importante esforço de modernização, designadamente no sentido de criar um quadro normativo atractivo ao investimento privado», diz **Miguel Avillez Pereira, sócio da Abreu Advogados.** Contudo, ainda há muito para se fazer neste campo. Continuar a apostar na formação de jovens advogados e proporcionar-lhes condições para se formarem e adquirirem experiência a nível internacional é para **Sónia Teixeira da Mota, da PLMJ, um dos principais passos que o mercado deve dar.** «Tudo

isto contribuirá para enriquecer o futuro da advocacia angolana, sobretudo das novas gerações de advogados», acrescenta. Para **Nuno Miguel Prata, da SRS, o mais urgente, neste momento,** «será a uniformização das leis, para a posterior se analisar quais as lacunas que deverão ser sanadas e quais os sectores que obrigam a adaptação da legislação em vigor». **João Vieira de Almeida, managing partner da Vieira de Almeida Advogados, diz ainda que** «os escritórios portugueses podem — e devem, no verdadeiro sentido da palavra — acrescentar valor à realidade jurídica angolana». As sociedades portuguesas têm uma responsabilidade acrescida, porque devido às origens comuns a legislação angolana tem uma estrutura e assenta em princípios semelhantes à legislação portuguesa. «Há um conjunto amplo de legislação que é muito parecida, às vezes igual à portuguesa, quer porque se trata de legislação emanada do período anterior à independência que se manteve em vigor, quer porque se trata de legislação mais recente que foi elaborada por inspiração da legislação portuguesa», acrescenta **Rui Amendoeira, da Miranda.**

ENTREVISTAS

Bastonário

MANUEL VICENTE PINTO
(BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE ANGOLA)

Como caracteriza o actual panorama da Justiça em Angola?

O país precisa de uma reforma profunda do próprio Estado para simplificar os recursos humanos e burocracia. Mas já estamos a dar os primeiros passos para mudar a situação. Contudo, as questões das licenças e autorizações têm de ser aperfeiçoadas para abrir portas ao investimento estrangeiro.

E a nova Constituição, aprovada no início do ano, veio facilitar ou complicar?

A nova Constituição é muito mais clara do que a anterior e não duvido que o quadro jurídico vai melhorar. Agora só depende da vontade de cumprir as normas, quer por parte do investidor, quer do cidadão ou dos funcionários envolvidos nos processos. Aliás, as medidas para simplificar o regime legal passam pela implementação de uma nova atitude dos funcionários e pela fiscalização da actuação da Administração Pública e do sistema de Justiça.

Quais são os principais desafios que os advogados enfrentam em Angola?

A burocracia. Mas é um problema que



em maior ou menor grau, existe em todo o mundo. Às vezes não conseguimos resolver os problemas dos nossos constituintes por razões alheias à nossa vontade.

Depende de quem?

Da vontade política e do desempenho dos funcionários.

Quais são os principais barreiros para os investidores estrangeiros?

As operações cambiais são um problema apontado pela maioria das empresas internacionais que querem entrar no mercado angolano. Houve um processo de liberalização extrema que colocou em risco a própria estabilidade do país, e foi quase obrigatório entrar num caminho de regime extremo. Mas as medidas para encontrar o meio termo já estão a ser tomadas pelo Banco Nacional de Angola.

Sociedade Rebelo de Sousa

PEDRO REBELO DE SOUSA
(SÓCIO-GERENTE)

Como está a correr a vossa presença em Angola?

Apesar de a nossa presença ser recente (Novembro de 2009) está a correr muito bem. É um mercado que está a



crescer e há muito ainda por fazer, logo há e haverá muitas oportunidades.

Acha que a nova Constituição está a melhorar o sistema judicial?

Sim, veio melhorar bastante o sistema legislativo do país e a performance das empresas. Foi um grande passo dado pelo actual presidente (José Eduardo dos Santos).

Quais são os objectivos da Sociedade Rebelo de Sousa para o futuro? É um mercado onde pretendem continuar a apostar?

Até ao final do ano esperamos ter quatro ou cinco grandes projectos em cada um dos países africanos onde estamos presentes (Angola, Moçambique e Cabo Verde). O nosso grande objectivo é consolidar a nossa presença nestes mercados. Novos países não estão na agenda da sociedade, pelo menos para já.

Miranda Correia Amendoeira

RUI AMENDOEIRA
(SÓCIO EXECUTIVO)

É muito diferente exercer advocacia em Angola, comparando com Portugal?

Sem dúvida. Desde logo, porque o número de advogados em Angola é muito inferior ao número de advogados em Portugal. Ao passo que em Portugal, o mercado da advocacia está em grande medida saturado, em Angola há gran-

de necessidade de mais advogados e juristas em geral. Por outro lado, o número de escritórios de advogados em Angola organizados de forma empresarial/societária é ainda relativamente pequeno. A maioria dos advogados exerce em prática isolada ou em agrupamentos pequenos que frequentemente visam apenas a partilha de custos.

Como classifica a legislação angolana?

A legislação angolana sofre de alguns males que são comuns à legislação portuguesa também. Por vezes a qualidade dos textos é inferior, as normas são pouco claras ou conflituantes com outra legislação existente. No entanto, tem sido feito um esforço assinalável em Angola nos últimos anos no sentido de completar o quadro legal e fazer aprovar legislação em várias áreas que estavam omissas. Em especial, este ano, o esforço legislativo tem sido muito significativo, traduzindo-se na aprovação de vários diplomas fundamentais em vários domínios de actividade. Progressivamente o quadro legal angolano vai-se completando e sofisticando.

O que ainda falta e é mais urgente fazer neste sector?

Há vários domínios que exigem intervenção, no entanto destacaria a reforma do regime fiscal, nomeadamente dos impostos sobre o rendimento.

